



CANTANHEDE
MUNICÍPIO

-----Extrato de parte da ata da reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Cantanhede, realizada no dia 15 de janeiro de 2019/Ata n.º 02/2019, constante do Livro de Atas n.º 121.-----

-----**“33 - LEI N.º 50/2018, 16 DE AGOSTO / ACEITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES**

INTERMUNICIPAIS:- A Senhora Presidente da Câmara apresentou ao Executivo uma proposta por si subscrita em 15/01/2019, do seguinte teor: “Em novembro de 2018, foram publicados alguns diplomas legais de âmbito setorial destinados a concretizar a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais, nos termos do previsto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Conforme decorre do enunciado desta Lei Quadro, compete às Assembleias Municipais deliberar sobre a aceitação ou não aceitação da transferência de novas competências para as entidades intermunicipais, sendo que o exercício dessas competências, segundo o estatuído no art. 30.º, n.º 2 do referido diploma, “depende de acordo prévio dos municípios que as integram”. Nesse sentido, deve o Município de Cantanhede acionar os mecanismos necessários para que a Assembleia Municipal tome posição favorável ou desfavorável à assunção, por parte da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra, das competências previstas nos seguintes diplomas legais: Decreto Lei n.º 99/2018, de 28 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo, ao abrigo do artigo 36.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; Decreto Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da justiça, ao abrigo do artigo 35.º da Lei n.º 50/2018, de

16 de agosto; Decreto Lei n.º 102/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento, ao abrigo das alíneas c) e d) do artigo 37.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; Decreto Lei n.º 103/2018, que concretiza a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e dos programas de apoio às corporações de bombeiros voluntários, ao abrigo da alínea b) do artigo 14.º e do artigo 34.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. A propósito desta questão, a Câmara Municipal de Cantanhede recebeu da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra uma comunicação a solicitar que o executivo camarário delibere no sentido de mandar submeter à Assembleia Municipal a aprovação da proposta de acordo de aceitação da transferência das competências constantes nos referidos Decretos Lei n.º 99/2018, n.º 101/2018, n.º 102/2018 e n.º 103/2018, defendendo que se trata de “exemplos do reforço e aprofundamento da autonomia local, apresentando um modelo de transformação de funcionamento do Estado e aproximação aos cidadãos e às empresas”. O documento refere que “as entidades intermunicipais, enquanto elemento de reforço da cooperação entre os municípios de determinada região, têm, por essa via, nesse espaço geográfico, uma eficiência e eficácia na decisão e ação fundamentais, sendo fulcral a sua intervenção ao nível da concertação dos principais intervenientes nas áreas em questão. A sua atuação e estratégia de gestão integrada de promoção do potencial económico dos seus municípios é fundamental no sentido do esbatimento das assimetrias regionais e para a reversão da tendência de diminuição populacional que temos vindo a assistir”, pode ler-se ainda na referida comunicação. Não contestando nenhuma destas e de outras virtualidades da



CANTANHEDE
MUNICÍPIO

transferência de competências para os municípios e para as entidades intermunicipais, afigura-se evidente que, tendo em conta a natureza e complexidade do processo, este carece de maior aprofundamento em várias matérias, em especial no que toca à necessidade de suprir a ausência do enquadramento financeiro indispensável para fazer face ao aumento de custos que inevitavelmente irá ocorrer com o crescimento dos serviços e a assunção de encargos inerentes ao desenvolvimento de projetos e ações. O que decorre daí é que a transferência de competências está a ser feita à custa dos municípios, uma vez que o Governo não cuidou de transferir juntamente com essas competências os recursos financeiros que permitam cumpri-las nos termos em que estão enunciados nos respetivos diplomas legais. Isso mesmo se pode concluir do facto de ter sido chumbado, em sede de Orçamento de Estado, a criação do Fundo de Financiamento da Descentralização, que deveria contemplar os recursos financeiros a atribuir às autarquias locais e entidades intermunicipais para o exercício das novas competências, problema que pode vir a comprometer todo o processo, como de resto já foi admitido por responsáveis de algumas entidades envolvidas. Nesta altura, a expectativa dos Municípios, relativamente ao modo como a descentralização tem sido conduzida, não pode ser outra que o aumento significativo da despesa, motivo que, entre outros, levou a Câmara Municipal de Cantanhede e a Assembleia Municipal a deliberarem no sentido de ser recusada, para o ano de 2019, a assunção das novas competências. Por outro lado, e conforme foi invocado na altura, "não são ainda conhecidas as implicações da transferência de competências, pelo que se torna absolutamente necessário realizar previamente um trabalho exaustivo que permita identificar os principais constrangimentos que o processo irá acarretar, sobretudo os compromissos futuros ao nível dos recursos financeiros e patrimoniais,

bem como das alterações que inevitavelmente terão de ser efetuadas à estrutura e orgânica dos serviços municipais”. A Câmara Municipal de Cantanhede defende uma descentralização efetiva que contemple soluções adequadas em todas as vertentes, sendo que a vertente financeira é, como não poderia deixar de ser, absolutamente crucial. Os problemas que se levantam, a este e a outros níveis, na transferência de novas competências para os Municípios subsistem, ainda que com contornos um pouco diferentes, no processo que diz respeito às comunidades intermunicipais, pelo que as posições a tomar sobre esta matéria pela Câmara Municipal de Cantanhede e pela Assembleia Municipal deveriam ser consentâneas com as deliberações aprovadas por esses órgãos em 21 de agosto de 2018 e 14 de dezembro de 2018. No entanto, a Câmara Municipal de Cantanhede também não ignora que decidir pela não aceitação de novas competências por parte da CIM-RC poderia comprometer irremediavelmente a implementação de projetos importantes para os territórios que a integram, alguns deles já em curso, além de que poderia pôr em causa a estratégia de desenvolvimento preconizada e também o próprio processo de descentralização que se deseja numa base mais sólida e mais consequente. Isto porque, conforme se referiu antes, o exercício das competências previstas nos Decretos Lei n.º 99/2018, n.º 101/2018, n.º 102/2018 e n.º 103/2018 depende, nos termos do n.º 2 do art. 30.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, do acordo prévio dos municípios que integram as CIM, por deliberação das respetivas Assembleias Municipais, circunstância que implica haver solidariedade institucional na consensualização de uma posição comum. Ora, como nas reuniões do Conselho Intermunicipal vingou a ideia de os municípios votarem a favor da transferência das competências para a CIM-RC, também o Município de Cantanhede deve atuar nesse sentido, não obstante as muitas reservas que esta questão merece. Por isso,



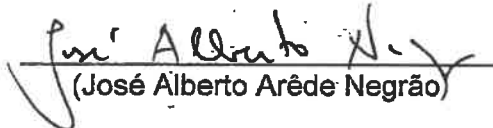
CANTANHEDE
MUNICÍPIO

proponho que seja votada favoravelmente a aceitação, por parte da CIM-RC, das competências constantes nos Decretos Lei n.º 99/2018, n.º 101/2018, n.º 102/2018 e n.º 103/2018, e mandar submeter o assunto à votação da Assembleia Municipal." A Câmara, por unanimidade e concordando nos seus precisos termos com a proposta subscrita pela Sr.ª Presidente da Câmara, deliberou: 1) Aprovar favoravelmente a assunção das competências sectoriais previstas nos Decretos Lei n.º 99/2018, n.º 101/2018, n.º 102/2018 e n.º 103/2018, por parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra; 2) Mandar submeter a presente deliberação a votação da Assembleia Municipal, conforme previsto no n.º 2 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 99/2018, de 28/11, no n.º 2 do art.º 9 do Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11, no n.º 2 do art.º 4 do Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29/11 e no n.º 2 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11. A ata foi aprovada em minuta, quanto a esta parte, para efeitos imediatos."-----

-----Está conforme o original e respetivo Livro de Atas ao qual me reporto.-----

-----Departamento Administrativo e Financeiro, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2019.-----

O Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro,
com competências delegadas,


(José Alberto Arêde Negrão)



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DECLARAÇÃO

João Carlos Vidaurre Pais de Moura, Presidente da Assembleia Municipal de Cantanhede, declara para os devidos efeitos que, a Assembleia Municipal de Cantanhede, em sua sessão ordinária realizada em 20 de fevereiro de 2019, aprovou por maioria o Ponto 2 - «Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto / Apreciação, discussão e votação da aceitação de Transferências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais», com 18 votos a favor, 13 abstenções e 1 voto contra.

Por ser verdade, passo a presente declaração que assino e faço autenticar com o selo branco em uso nesta Câmara Municipal.

Cantanhede, 26 de fevereiro de 2019.

O Presidente da Assembleia Municipal de Cantanhede,


(João Carlos Vidaurre Pais de Moura)



